

AS ORAÇÕES RELATIVAS COMO VARIÁVEIS CONSTITUTIVAS DA IDENTIDADE NACIONAL EM GRAMÁTICAS MODERNAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Marília Vieira (UEG/Quirinópolis)¹
vieirasmarilia@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa o conceito de identidade nacional em duas gramáticas de Língua Portuguesa do século XX, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2001) e *Moderna Gramática Portuguesa* (1967), de Evanildo Bechara, a partir da teoria de gramatização, de Auroux (1992). Para melhor ilustrar a noção de identidade, discute-se a abordagem de um fenômeno de variação típico do português culto falado -, as orações relativas (padrão, cortadora e copiadora) nas duas gramáticas. Ao verificar o tratamento dado a essas estruturas por Cunha & Cintra e Bechara, discutem-se as propostas que fazem os autores nos seus respectivos prefácios.

PALAVRAS-CHAVE: Orações relativas. Gramáticas. Identidade nacional.

RESÚMEN: En este trabajo se analiza el concepto de identidad nacional en dos gramáticas de Lengua Portuguesa del siglo XX, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha y Lindley Cintra (2001) y *Moderna Gramática Portuguesa* (1967), de Evanildo Bechara, a partir de la teoría de gramatización, de Auroux (1992). Para ilustrar la noción de identidad, se discute el abordaje de un fenómeno de variación típico del portugués culto hablado – las oraciones relativas (estándar, cortadora, copiadora) en las dos gramáticas. Al comprobar el tratamiento de esas estructuras por Cunha y Cintra y Bechara, se analizan las propuestas que hacen los autores en sus respectivos prefacios.

PALAVRAS-CLAVE: oraciones relativas. Gramáticas. Identidade nacional.

1. Introdução

Este estudo de duas gramáticas da Língua Portuguesa, Cunha e Cintra (2001) e Bechara (1967) - pauta-se pela perspectiva da autoria de uma gramática como um espaço de reflexão sobre o conhecimento linguístico e a constituição histórica de uma língua. Para isso, examinam-se os prefácios e agradecimentos de tais compêndios.

À luz de um fenômeno de variação morfossintática, as orações relativas (definidas como orações subordinadas adjetivas nas gramáticas em questão). Nesse

¹ Doutora em Linguística pela FFLCH-USP. Professora efetiva da UEG – Quirinópolis. E-mail: vieirasmarilia@gmail.com

sentido, lançar um olhar sobre a língua e seus instrumentos linguísticos é compreender o processo de formação de um país e de sua identidade nacional. É importante ressaltar que as gramáticas aqui analisadas aludem a épocas um pouco distantes no que tange à evolução das perspectivas teóricas de língua/linguagem

A *Nova Gramática do Português contemporâneo* (Cunha e Cintra, 2001) surge de uma proposta de unificação do português falado no Brasil e em Portugal, ao passo que a *Moderna Gramática do Português* (Bechara, 1967) tem como alvo os estudantes do ensino fundamental e do Ensino Médio, bem como os professores de língua materna.

A gramatização brasileira da língua portuguesa é caracterizada por uma situação biunívoca. Há duas formas de estudar a língua no Brasil: de um lado, os estudos que visam à unidade linguística Brasil/Portugal e, do outro, os estudos que têm como objetivo revelar as especificidades do Português brasileiro em oposição ao lusitano.

A gramatização é um fenômeno complexo que alterou de forma profunda a comunicação e o patrimônio linguístico da humanidade. A norma escrita preconizada pelas gramáticas unifica as pronúncias, provoca associações semânticas novas, bem como recategorizações morfológicas das unidades. Desse modo, o fato de as línguas serem tratadas como homogêneas e isótopas nada mais é que consequência da gramatização.

A gramatização de uma língua é a garantia de que ela será lida e, de certa forma, adquirida através de instrumentos como a gramática e o dicionário. A esse respeito, Aroux (1992) situa o estudo gramatical como uma das origens das ciências da linguagem. De forma distinta do que costumam postular alguns filósofos, historiadores e linguistas, esse autor defende o aparecimento da escrita como marco do surgimento da gramática e não o contrário. Assim, não foi a preocupação com a linguagem que desencadeou a escrita, mas o fato de ter surgido a escrita teria suscitado a necessidade e o interesse em se estudar a linguagem.

A fim de endossar essa tese, Aroux (1992:22) postula que, com a escrita, surgiram os textos. Isso não teria ocasionado, contudo, reflexões imediatas sobre a



natureza da linguagem. De acordo com ele, a filologia e a lexicologia aparecem, em princípio, como resultado das listas de palavras, as quais, em princípio, não passavam de um recurso mnemônico.

Em termos de princípios e procedimentos de análise, a questão da identidade nacional é observada a partir de um fenômeno de variação morfossintática específico -, as orações relativas -, definidas em ambas as gramáticas em foco como orações subordinadas adjetivas.

Tendo em vista os objetivos gerais das duas obras- (respectivamente, apoiar a unificação da língua portuguesa e oferecer uma reflexão de cunho pedagógico), o que se quer observar é se o tratamento dado à variação na estruturação das orações relativas no português do Brasil é condizente com os resultados das pesquisas sociolinguísticas mais recentes sobre o tema (Kersch, 2008 e Silva, 2011), e, conseqüentemente, com o que pode ser considerado identitário da modalidade brasileira do português².

Falar de identidade conduz, necessariamente, à marcação das diferenças, nas quais sempre há, implicitamente, um posicionamento, já que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistema simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social” (Woodward, 2000:39).

Nesse sentido, uma gramática está, pois, a serviço da unificação da identidade linguística, visto que, diante da existência de várias identidades possíveis, a norma culta identifica o prestígio, conferindo-o ao indivíduo que, em suas escolhas linguísticas, faz uso de tal variedade.

Ao mesmo tempo em que, no Brasil, a língua portuguesa é o marco da identidade nacional, a existência dos dialetos e dos registros dentro dessa língua determina a pluralidade das identidades e permite identificações não só linguísticas, mas sociais. Neste caso, além de “apagar” identidades, a norma culta figura também como um instrumento de fuga à discriminação linguística.

² Não se deixam de considerar as diferenças entre língua falada e língua escrita.

1. Orações relativas

No português, quando se trata de estratégias de relativização, os falantes dispõem de três variantes com o mesmo valor denotativo: - a forma padrão, a cortadora e a copiadora (ou resumptiva) - exemplificadas abaixo:

- (1) Igual meus amigos **cuja maioria eu conheço hoje** que eu estudei há muito tempo atrás.
- (2) Igual meus amigos **que eu conheço a maioria hoje** que eu estudei há muito tempo atrás (*M28SEL*)³.
- (3) Igual meus amigos **que eu conheço a maioria deles hoje** que eu estudei há muito tempo atrás.

Essas formas são reveladoras de identidades linguísticas e de determinados status sociais. Ao uso das formas padrão e cortadora, geralmente estão associados falantes de maior nível de escolaridade e, ao passo que variante copiadora, é mais comum entre indivíduos de baixa escolaridade.

As duas gramáticas analisadas definem oração relativa como uma estrutura iniciada por pronome relativo, cuja função é retomar um sintagma nominal antecedente e projetá-lo na oração adjetiva, com uma função sintática específica de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial, predicativo ou agente da passiva.

³ Os exemplos utilizados foram retirados ou adaptados de uma subamostra da fala paulistana coletada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da Universidade de São Paulo, GESOL- USP, em 2009 e 2010. O código que os acompanha representa o perfil do informante: seu sexo/gênero (M - masculino; F - feminino), sua faixa etária (em número, representada por dois dígitos), seu nível de escolaridade (S - Curso Superior), a região onde vive na capital paulista (V - Centro velho ; E - Centro expandido; P - Periferia) e a zona de São Paulo onde se localiza seu bairro (L - Leste; O - Oeste; N - Norte; S - Sul; C - Centro).

Ao descrever as formas não padrão das orações relativas, Tarallo (1983) descreve o uso do pronome lembrete na variante copiadora como a necessidade de ser manter a gramaticalidade da sentença:

(4) Tinha alguns amigos... **que os conheço** desde pequena assim...**eles**. (F26SPO)

A estratégia cortadora, por sua vez, seria uma forma “quase padrão”, já que parece concorrer com a relativa padrão. A variante cortadora não obedece à prescrição gramatical, visto que não atende à regência do verbo da oração adjetiva, mas também não é estigmatizada como a copiadora (Tarallo, 1983):

(5) A primeira escolinha **Ø que eles estudaram** foi uma escolinha aqui na rua de cima (F53SPO)

A ocorrência das formas cortadora e copiadora teria raízes na segunda metade do século XIX, época marcada por uma mudança significativa no sistema pronominal do PB (Galves, 2001), em que se nota a inversão no preenchimento das posições sintáticas de *sujeito* e de *objeto direto*. A partir daí, é possível verificar, no PB, o uso de sujeitos com pronomes explícitos (6) e objetos nulos (7):

(6) Deixa **eu** lembrar agora (M28SEL)

(7) Eu tive proposta para i(r) pra Barueri e tal mas eu não quis **Ø** (F43SEO)

Em virtude dessa mudança, o preenchimento da posição de *sujeito* passou a ser favorecido, em detrimento da posição de *objeto*, justamente o oposto do que ocorre no português europeu (PE) (Galves, 2001), variedade em que o *objeto* é retido, enquanto o

sujeito é apagado. Galves (2001) também observa que os pronomes clíticos praticamente desapareceram da língua.

(8) Eu peguei as provas e **as** corrigi.

A oração acima segue os padrões da norma gramatical, ao passo que as sentenças abaixo caracterizam versões comuns no português falado:

(9) Eu peguei as provas e corrigi **elas**.

(10) Eu peguei as provas e corrigi **Ø**.

A influência da mudança do sistema pronominal no PB no processo de variação das orações relativas é, para Kersch (2008), juntamente com outras variáveis de natureza estrutural (como função sintática do termo relativizado) e social (como a faixa etária daquele que fala), um fator de relevo na escolha que faz o falante por uma ou outra das variantes.

Em outras palavras, o uso das relativas padrão e cortadora está mais relacionado a pessoas cultas, ao passo que a forma copiadora seria um fator mais representativo da fala de indivíduos com escolaridade mais baixa. A variação das orações relativas, fenômeno patente no português (culto) do Brasil, proporciona a discussão do que pode ser considerado como norma. Sabe-se que certas estruturas de relativização, em especial, as de genitivo, como as orações (1), (2) e (3) supracitadas -, vêm soando de forma cada vez menos natural para os falantes nativos do Brasil.

Surpreendentemente, a variação das orações relativas não parece merecer qualquer menção por parte das gramáticas normativas analisadas, fato que vai na direção contrária daquilo que poderia ser considerado como marca do português brasileiro.

2. Nova Gramática do Português Contemporâneo

Celso Cunha refez, com a colaboração do gramático português Lindley Cintra, uma obra publicada em 1970, a *Gramática do Português Contemporâneo*. O compêndio que resulta dessa parceria — Nova Gramática do Português Contemporâneo (1985) - surge do objetivo de unificar as línguas e descrever as modalidades do português falado no Brasil e em Portugal (Cunha e Cintra, 1985).

A novidade, neste caso, está representada não só na autoria luso-brasileira, mas também na busca, por meio da normatividade, de uma descrição da língua calcada na ideologia da unidade linguística entre Brasil e Portugal. A obra em questão se sustenta a partir da crença de que Portugal e Brasil falam *a mesma língua*.

Assim sendo, tal gramática tenta homogeneizar a Língua Portuguesa, a fim de que a representação de ambos os países seja una. Este é, de fato, o componente legitimador da gramática de Cunha e Cintra (1985), conforme proposto já no prefácio da obra:

Essa gramática foi idealizada há muito tempo, quando, unida a forte amizade, já nos ligava uma convergência de formação, interesse e objetivos. Sentíamos-la como uma grande necessidade para o ensino da língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 8)

A constituição da língua nacional é justificada, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, com base no critério de que, mesmo apresentando variações diatópicas, a língua portuguesa é única. Nesse sentido, até mesmo as variantes existentes dentro do próprio Brasil são ignoradas, em prol do ideal de uma língua única.

A gramática de Cunha e Cintra, ao valorizar uma modalidade linguística uma do Português, confere pouco valor à história da convivência de povos de línguas indígenas, africanas e de imigração, além dos deslocamentos que contribuíram para a consolidação da modalidade brasileira do português.

Além disso, a análise do prefácio da obra acusa uma contradição. O objetivo dos autores, focar a diversidade linguística e as diferenças de uso, a partir das modalidades europeia e americana - reveste-se, ao fim e ao cabo, de uma tentativa de unificação linguística e identitária. O que resulta disso é um confronto entre a norma e a heterogeneidade, que deixa entrever a necessidade de que a variedade brasileira se aproxime do padrão lusitano para legitimar-se.

No que diz respeito ao tratamento dado ao fenômeno das orações relativas, mais uma vez, nenhuma menção é feita ao seu uso no português do Brasil, mesmo com evidências de que o padrão prescrito pela gramática é, muitas vezes, desconhecido pelos falantes, mesmo os cultos (SILVA, 2011).

Na gramática de Cunha e Cintra, as duas seções dedicadas à prescrição desse tipo de oração baseiam-se em excertos literários do século XIX, o que configura um uso muito distante da realidade do português falado no Brasil nos dias atuais. Na primeira dessas seções, os pronomes relativos são categorizados quanto: a) à sua forma; b) à natureza do seu antecedente; c) à sua função sintática; d) à inexistência de seus antecedentes; e) aos seus valores e empregos.

A partir do tratamento dado por Cunha e Cintra às relativas, é possível repensar o objetivo central da obra. O intuito de abordar a diversidade da Língua Portuguesa, exterminando a lacuna existente em relação à descrição das modalidades do português do Brasil e de Portugal conduz a dois fatos importantes.

Num primeiro momento, conforme já se indicou, nada se comenta sobre a existência e sobre a tendência de variação nas estruturas adjetivas, com o uso das formas cortadora e copiadora. Por um lado, parece muito evidente o motivo dessa omissão. Língua falada e língua escrita são modalidades distintas e, por mais que se enfatize a diversidade linguística, o papel da gramática é tratar do registro culto, baseando-se em textos de grandes autores (TRAVAGLIA, 2005).

Com base em Auroux (1992), sabe-se que as reflexões acerca da linguagem tiveram início depois que o homem produziu uma visão espacializada da fala. A escrita



proporcionou ao homem um novo modo de observar o conhecimento, permitindo, assim, uma observação mais vasta da relação entre as unidades linguísticas (as palavras e as frases, por exemplo).

A gramatização geralmente se apoia no bom uso, e torna reduzido o espaço dedicado à variação (Auroux, 1992). A gramática seria um instrumento que possibilita o acesso a um corpo de regras e de formas que condizem com a competência de um mesmo locutor.

No caso das orações relativas, a variação, que é patente inclusive na fala de pessoas cultas, tem sido comum também na modalidade escrita, conforme Mollica:

As construções queístas e cortadoras parecem estar gradualmente aumentando na modalidade escrita do português brasileiro, a ser percebida em textos midiáticos e jornal em decorrência de tendência semelhante observada no português contemporâneo (MOLLICA, 2006:170).

Vale lembrar, também, que nenhuma ressalva é feita por Cunha e Cintra em relação ao pronome *cujo*, embora se saiba que, na modalidade culta falada, seu emprego tem sido praticamente inexistente (KERSCH, 2008).

Na segunda seção dedicada às orações relativas – adjetivas, na gramática – há considerações sucintas a respeito da variação. Dentro do tópico *Classificação das orações subordinadas*, as orações relativas são definidas como aquelas normalmente introduzidas por um pronome relativo, responsáveis pela função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente.

Assim, se o objetivo de Cunha e Cintra é, em princípio, unificar as diferentes variedades do português falado e escrito em Portugal, no Brasil e na África, tal intenção destoa do trabalho realizado nas primeiras gramáticas de que se tem registro, que visavam à gramatização para diferenciar não somente línguas, mas nações.

A partir disso, surge um contraponto: o intuito, que é de negar a gramática latina, já que o que estava em questão era o *status* de língua nacional, cai por terra, na medida

em que são utilizadas categorias características da gramática latina. É notável que a gramática de Cunha e Cintra (1985), no fim das contas, promove a unificação e não a diferenciação.

3. Moderna Gramática do Português

O prefácio da *Moderna Gramática Portuguesa* (1967), de Bechara, revela, ao mesmo tempo, um caráter predominantemente tradicional e um discurso ligado à modernidade. Esse discurso de modernidade é encontrado, de imediato, no próprio nome da gramática, endossado pela proposta feita pelo autor:

Ao escrever esta moderna gramática Portuguesa foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país (BECHARA, 1967, p.21).

Bechara anuncia a chegada do novo e do moderno nos estudos linguísticos do Brasil, sem deixar de lado o apego à tradição:

“Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto se explica por que esta moderna gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina” (BECHARA, 1967, p.21)

Os deslocamentos promovidos por Bechara para falar de tradição gramatical e dos progressos da Linguística resultam em um movimento que lhe confere o papel de gramático e de linguista. No seu prefácio, na sua introdução e em suas notas de rodapé, é visível a necessidade que o gramático tem de atribuir ao seu trabalho um caráter



“científico”⁴ no que tange ao avanço dos estudos linguísticos, sem preterir, contudo, a teoria gramatical.

No intuito de acompanhar os progressos da ciência da linguagem e estar, em alguns aspectos, na vanguarda da Nomenclatura Gramatical Brasileira, o gramático toma o cuidado de investir sua obra da cientificidade atinente à Linguística.

Sua *Moderna Gramática do Português*, uma gramática de caráter consultivo, tem como público-alvo a instituição escolar e as pessoas que prezam o tratamento estético da língua. À semelhança da *Ars* latina, a obra revela-se, ao mesmo tempo, como instrumento e como arte, destinada ao professorado e aos alunos de senso estético apurado.

Ao tratar das “modalidades de uma língua”, Bechara (1967) apresenta a língua de civilização como:

a) língua falada – tida como instrumento de comunicação, isenta das prescrições da norma e com recursos linguísticos e extralinguísticos à disposição do falante;

b) língua escrita – distinta da linguagem cotidiana, com fins estéticos.

No presente estudo, atenção especial é prestada ao “objeto da gramática”, ou seja, à forma como o autor reporta os fatos da norma padrão. Depois de voltar-se às modalidades língua falada e língua escrita, ressaltando a diversidade das línguas ou falares regionais, Bechara (1967) assume novamente a posição de gramático.

Bechara inova, ao considerar que a gramática não deve ser somente a mantenedora da arte do bem falar e do bem escrever. Para ele, esse tipo de compêndio deve registrar os fatos da língua padrão, a exemplo de um manual, que deve ser consultado para sanar dúvidas sobre o falar e escrever de uma língua. Por essa razão, considera “[...] ser a gramática ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte” (BECHARA, 1967, p.25).

⁴ É importante ressaltar aqui que a produção de uma gramática já é, por si só, um fazer científico (Auroux, 1992).

Discute-se o papel binário da gramática, ora vista como arte, ora tida como ciência, que nada mais é, na verdade, que a oposição entre o conhecimento sobre o funcionamento da linguagem, o núcleo duro da língua, e o conhecimento pedagógico de uma língua. Outra questão de relevo é o papel da gramática histórica e comparada, muitas vezes considerada o “início” do conhecimento científico sobre a língua, num discurso que confere não cientificidade a tudo o que é anterior à normatização da língua.

Essa visão é criticada por Auroux (1992), que argumenta ser o conhecimento gramatical um dos pilares do conhecimento linguístico atual, de caráter científico. Nota-se a preocupação em assumir essa postura, quando, no tópico “Divisão da Gramática”, ele assinala que: “A gramática pode estudar: a) uma época determinada, b) uma sequência de fases evolutivas de um idioma ou; c) de vários idiomas” (Auroux, 1992, p.25).

Bechara (1967, p.465) define as orações relativas – “orações que apresentam um pronome relativo como transpositor” – como adjetivas, devido à equivalência semântica e sintática com o adjetivo equivalente, funcionando, num nível inferior, como adjunto adnominal de um substantivo.

De acordo com Bechara (1967, p. 467), as orações adjetivas⁵ podem ser classificadas como explicativas e restritivas. A adjetiva explicativa faz referência a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e, por ser somente um apêndice, é marcada por pausa em relação ao antecedente. Na escrita, vem assinalada, por vírgulas, conforme o exemplo (11)

(11) O homem, que vinha a cavalo, parou defronte a igreja.

Nessa construção, a oração adjetiva apenas caracteriza o homem. Além disso, só havia um homem. Já em (12):

(12) O homem que vinha a cavalo parou defronte a igreja

⁵ Tratadas neste trabalho como relativas.

É possível pressupor que havia mais de um homem e que somente aquele que vinha a cavalo parou defronte a igreja. Ao longo de sua exposição sobre as orações relativas, o autor explora somente os aspectos sintáticos e semânticos desse tipo de construção, sem citar qualquer indício de variação. Nesse sentido, o pronome *cujos*, a exemplo de Cunha e Cintra, também é categorizado como relativo possessivo de excelência, com valor de *dele (dela) e do qual (da qual)*.

Na obra de Bechara (1967), com interesse explicitamente pedagógico, a identidade nacional figura como aquela ligada ao prestígio. Sabendo-se que o uso de relativas cortadoras e copiadoras no português falado, mesmo na modalidade culta, é abundante, torna-se possível questionar o papel da gramática e da escola ao veicular o padrão como dogma.

A gramática de Bechara (1967) revela a crença em uma norma que está distante da realidade do português do Brasil e que destoa da identidade nacional, sendo, muitas vezes, como antinatural para os falantes (Kennedy, 2010), mesmo na escrita.

Em contrapartida, na mesma 19ª edição da mesma gramática, revista e ampliada, ao abordar o pronome *se* na construção reflexiva, Bechara alude à variação característica do Português brasileiro. O autor não só faz referência à variante inovadora, como enfatiza o caráter de nomatividade de ambas as formas:

Vendem-se casas (= ‘as casas são vendidas’) → Vendem-se casas (= alguém tem casa para vender’) → Vende-se casas.

Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer vendem-se, fritam-se. Mas AMBAS AS SINTAXES SÃO CORRETAS (ênfases nossas), e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução (BECHARA, 1967, p.256).

Diante do tratamento dado a esses dois fenômenos de variação morfossintática na obra de Bechara, compreende-se que o gramático tem incorporado, ao longo das edições de sua obra, considerações de cunho (socio)linguístico a estruturas características da identidade linguística brasileira.

Por outro lado, pode-se questionar se construções como a não concordância do verbo em construções de *se* reflexivo seriam menos antiliterárias, no termos do autor, do que o uso das relativas cortadora e copiadora, e por isso, mais constitutivas da identidade nacional. À medida que se admite essa posição, mais uma vez, a norma lusitana é considerada superior.

Considerando-se que não, talvez o melhor recorrer ao percurso diacrônico de ambas as variáveis, bem como o “peso” que fatores de ordem social apresentam para sua ocorrência. De fato, a variação nas estruturas relativas parece ser um fenômeno mais recente do Português brasileiro, principalmente na norma culta, do que a falta de concordância verbal com o sujeito diante do pronome *se*.

Considerações finais

A partir da análise da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha e Cintra, 2001), e da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* (Bechara, 1967) nota-se que, apesar de pequenas diferenças no que tange aos objetivos de cada uma, é comum o ideal de uma língua portuguesa única, que seria a condição para naturalizar relações sociais, econômicas, históricas e políticas.

O tratamento dado à variação das relativas, em ambas as gramáticas, é conservador e não está afinado com a contribuição dada pelas pesquisas sociolinguísticas que têm esse fenômeno como objeto. Como exposto acima, um fato intrigante é a legitimação que faz Bechara (1967) de outros processos de variação morfossintática, como a não concordância verbal em estruturas *verbo + pronome se + sujeito paciente*.

Cunha e Cintra (2001) e Bechara (1967), ao preterirem a variação nas estruturas de relativização do Português endossam a imposição de uma língua nacional e única resulta na tentativa de modelar o português dos diferentes países em um só português. Tal fato faz cair por terra a noção de identidade nacional. Surge uma identidade massificada, que traz em seu bojo a noção de que uma das modalidades da língua é superior, a língua do colonizador.

Embora os autores se proponham, nos prefácios de ambas as obras, tratar da heterogeneidade da língua, o que se nota é a preferência pela simples categorização das unidades, preterindo as particularidades do vernáculo brasileiro. A análise da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* evidencia dois autores que desenvolvem um discurso ufanista, mas que, ao fim e ao cabo, retratam a Língua Portuguesa lançando mão de um olhar e conservador.

Já Bechara (1967), em sua *Gramática Moderna Gramática do Português*, evidencia-se como um gramático cindido entre os princípios normativos da língua e a influência da ciência linguística. Nos textos de entradas da obra, é patente a posição do sujeito que respeita a gramática, mas reveste-a de um olhar inovador, a partir da Linguística. É com esse discurso que se legitima a possibilidade de ser a gramática, ao mesmo tempo, arte e ciência.

A característica central do percurso enunciativo de Bechara (1967), na obra em questão, diz respeito às influências que o autor recebeu de linguistas brasileiros e do exterior. Surge, então, a possibilidade de reflexão linguística sobre formulação do pensamento gramatical no Brasil.

A análise das duas gramáticas deve ser feita tendo como parâmetro não só o conhecimento disponível sobre a língua hoje, mas considerando também os instrumentos existentes na época de sua produção. Embora o objeto de análise deste trabalho seja restrito, pode-se concluir que, se houve mudanças nas abordagens dos autores, estas não foram suficientes para eliminar as marcas da tradição de que se revestem as gramáticas.



Com base na análise da apresentação das duas gramáticas em foco, nota-se uma necessidade de maior explicitação dos objetivos de ambas as obras. É dada uma ênfase muito grande aos conceitos de “norma” e “correção”, ao passo que a referência aos processos de variação (morfossintática) é insatisfatória.

De modo geral, o pressuposto básico das gramáticas analisadas neste trabalho é de que, quando se “domina a norma culta”, falada e escrita, adquire-se o aparato tecnológico, nos termos de Auroux (1992), indispensável ao exercício pleno da cidadania.

Ao negligenciarem o processo de variação nas estruturas relativas do português brasileiro, as duas gramáticas “modernas” da Língua Portuguesa deixam, de certa forma, de cumprir o que propõem em seus prefácios. Afinal, o tratamento da diversidade e da identidade nacionais implica, necessariamente, uma análise mais cuidadosa dos processos que constituem a modalidade brasileira da língua.

Sendo assim, o apelo a mecanismos puramente sintáticos na descrição de um fenômeno como o das relativas parece não só contribuir para a legitimação do *status* que a norma representa, mas também para o apagamento das diferenças sociais que o uso das variantes cortadora e copiadora revela.

Referências

- AUROUX, S. O nascimento das metalinguagens. **A revolução tecnológica da gramatização**. Editora da Unicamp, Campinas, 1992.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CUNHA, Celso Luís F.; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.



KENNEDY, E. **As relativas preposicionadas padrão são naturais aos falantes do português do Brasil? Evidências de pesquisa experimental em Psicolinguística.** In: Revista Eletrônica Via Litterae, v. 2, n. 1, p. 58-74, jan./jun. 2010.

KERSCH, Dorotea Frank. **Preposição diante do pronome relativo no Português Brasileiro e Europeu.** In: DELTA, 24. vol 1, 2008, p. 51-72.

MOLLICA, M. C. **Sobre processos sintáticos que migram da fala para a escrita.** In: FACE, Timothy L.; KLEE, Carol A. (orgs.) Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium. Somerville: Cascadia Proceedings Project, 2006. p. 167-171. Disponível em: <www.lingref.com>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

SILVA, Regiane Viana de Oliveira. **Análise da estrutura das orações relativas no português falado de Belo Horizonte: uma abordagem variacionista.** Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

TARALLO, Fernando Luiz. **Relativization strategies in brazilian portuguese.** 1983. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística). University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Ensino de gramática e identidade: estabelecimento e apagamento.** Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/travaglia/artigos/artigo_ensino_de_gramatica_e_identidade.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2016.

_____. **Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T.T. da (org.). Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

Recebido Para Publicação em 30 de junho de 2016.

Aprovado Para Publicação em 18 de setembro de 2016.